REUNIÃO CONJUNTA

Conselho Político da ACD

Frente Parlamentar sobre o limite dos juros e auditoria da dívida pública

Brasília, 9 de outubro de 2025

REUNIÃO CONJUNTA do Conselho Político da ACD e da Frente Parlamentar sobre o Limite de Juros e Auditoria Integral da Dívida Pública com Participação Popular – Dia 09.10.2025 - PAUTA

1. Reconhecimento a parlamentares que historicamente defendem a necessidade de cumprir a Constituição Federal e realizar a auditoria da dívida pública no Brasil, com participação social

- Manifestação de reconhecimento público a parlamentares atuais e anteriores.

2. Resumo do diagnóstico sobre os temas tratados nas 8 (oito) lives celebrativas dos 25 anos da Auditoria Cidadã da Dívida e análise de propostas de ação coletadas de palestrantes, coordenadores dos debates e entidades participantes da ACD e da Frente Parlamentar.

- Temas das 8 (oito) lives:
- O Sistema da Dívida no Brasil e a trajetória da Auditoria Cidadã
- O Sistema da Dívida no Equador e na Grécia e a importância da participação da Auditoria Cidadã da Dívida nas investigações institucionais
- O Sistema da Dívida e a reiterada ameaça à Previdência Social
- O Sistema da Dívida e a insuficiência de recursos para Direitos Sociais fundamentais como Saúde e Educação
- O Sistema da Dívida e o desmonte da gestão socioambiental
- O Sistema da Dívida e o desmonte do Estado apesar dos recordes de arrecadação tributária
- Atuação nociva do Banco Central e sua relação com o Sistema da Dívida
- O Sistema da Dívida nos Estados

1 - Reconhecimento a parlamentares que historicamente defendem a necessidade de cumprir a Constituição Federal e realizar a auditoria da dívida pública no Brasil, com participação social

- Manifestação de reconhecimento público a parlamentares atuais e anteriores.

2 - Resumo do diagnóstico sobre os temas tratados nas 8 (oito) lives celebrativas dos 25 anos da Auditoria Cidadã da Dívida e análise de propostas de ação coletadas de palestrantes, coordenadores dos debates e entidades participantes da ACD e da Frente Parlamentar.

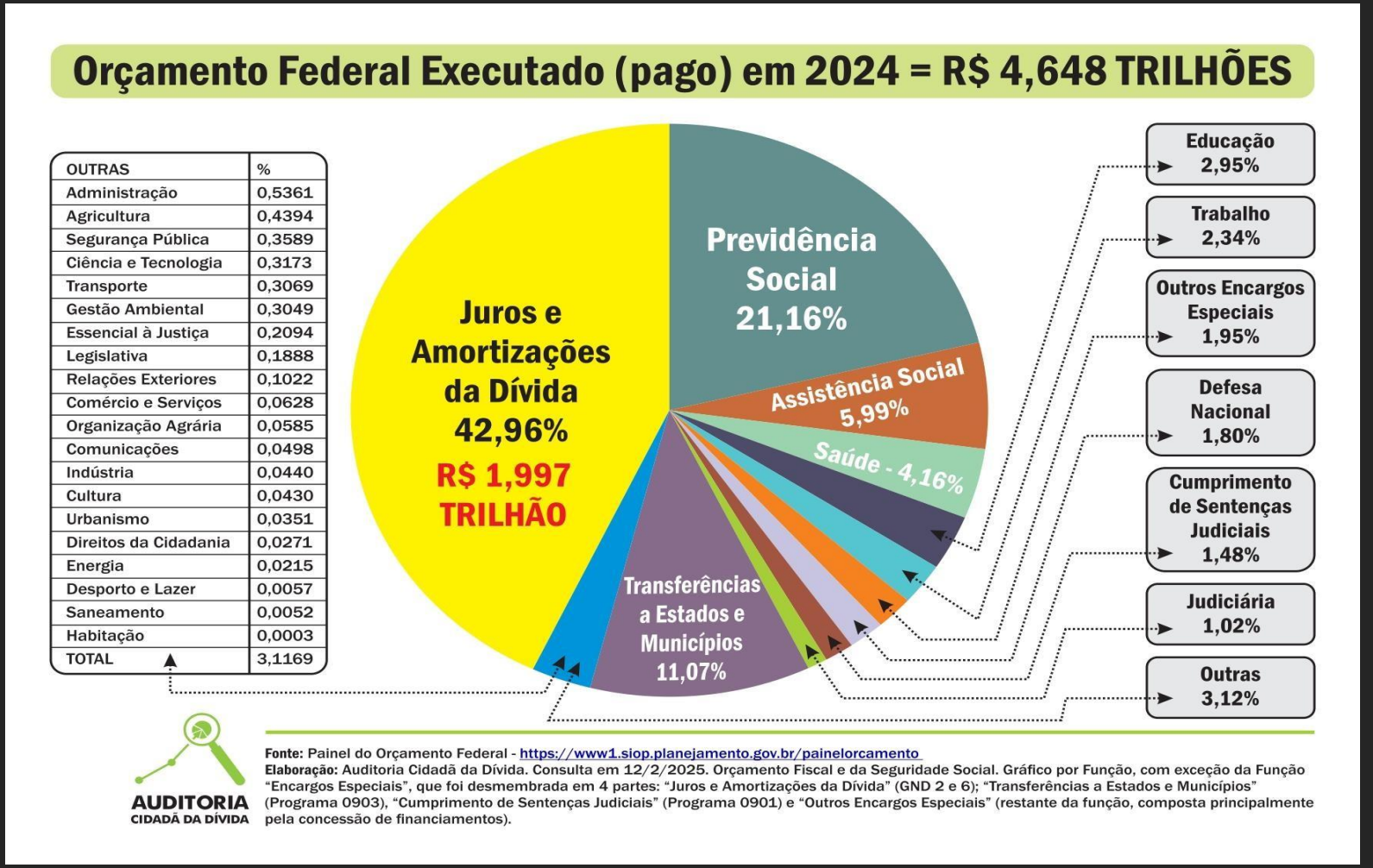
- Temas das 8 (oito) lives:
- O Sistema da Dívida no Brasil e a trajetória da Auditoria Cidadã
- O Sistema da Dívida no Equador e na Grécia e a importância da participação da Auditoria Cidadã da Dívida nas investigações institucionais
- O Sistema da Dívida e a reiterada ameaça à Previdência Social
- O Sistema da Dívida e a insuficiência de recursos para Direitos Sociais fundamentais como Saúde e Educação
- O Sistema da Dívida e o desmonte da gestão socioambiental
- O Sistema da Dívida e o desmonte do Estado apesar dos recordes de arrecadação tributária
- Atuação nociva do Banco Central e sua relação com o Sistema da Dívida
- O Sistema da Dívida nos Estados

Live 1

O Sistema da Dívida no Brasil e a trajetória da Auditoria Cidadã

Resumo do diagnóstico que emergiu das 8 lives:

- O gráfico do orçamento federal divulgado pela Auditoria Cidadã da Dívida tem contribuído para conscientizar a sociedade brasileira e para fortalecer as lutas socias.



OUTRAS	%
Administração	0,5361
Agricultura	0,4394
Segurança Pública	0,3589
Ciência e Tecnologia	0,3173
Transporte	0,3069
Gestão Ambiental	0,3049
Essencial à Justiça	0,2094
Legislativa	0,1888
Relações Exteriores	0,1022
Comércio e Serviços	0,0628
Organização Agrária	0,0585
Comunicações	0,0498
Indústria	0,0440
Cultura	0,0430
Urbanismo	0,0351
Direitos da Cidadania	0,0271
Energia	0,0215
Desporto e Lazer	0,0057
Saneamento	0,0052
Habitação	0,0003
TOTAL	3,1169

Resumo do diagnóstico que emergiu das 8 lives:

- A formulação do SISTEMA DA DÍVIDA e o seu funcionamento por meio de engrenagens conectadas tem sido importante para conscientizar a sociedade sobre o verdadeiro papel da chamada dívida pública no Brasil, e sua relação com o modelo econômico produtor de escassez para a maioria da população, enquanto transfere grandes volumes de recursos para grandes bancos e rentistas privilegiados.

Resumo do diagnóstico que emergiu das 8 lives:

- O Sistema da Dívida está por trás de reformas (da Previdência, Administrativa), privatizações, cortes e teto de gastos sociais, comprometendo o financiamento das políticas públicas e o desenvolvimento social, econômico e ambiental.

- O Sistema da Dívida funciona como um esquema que desvia recursos do orçamento público, reduzindo investimentos em áreas sociais e direcionando-os a agentes financeiros e rentistas privilegiados.

- As dívidas (externa e interna) têm sido usadas como instrumentos para transferir riquezas do conjunto da população para uma elite rentista, nacional e estrangeira, perpetuando desigualdade e dependência.

Resumo do diagnóstico que emergiu das 8 lives:

- ACD tem mostrado que tem muito dinheiro em caixa no Brasil, que o Brasil é rico, encorajando movimentos de luta social.

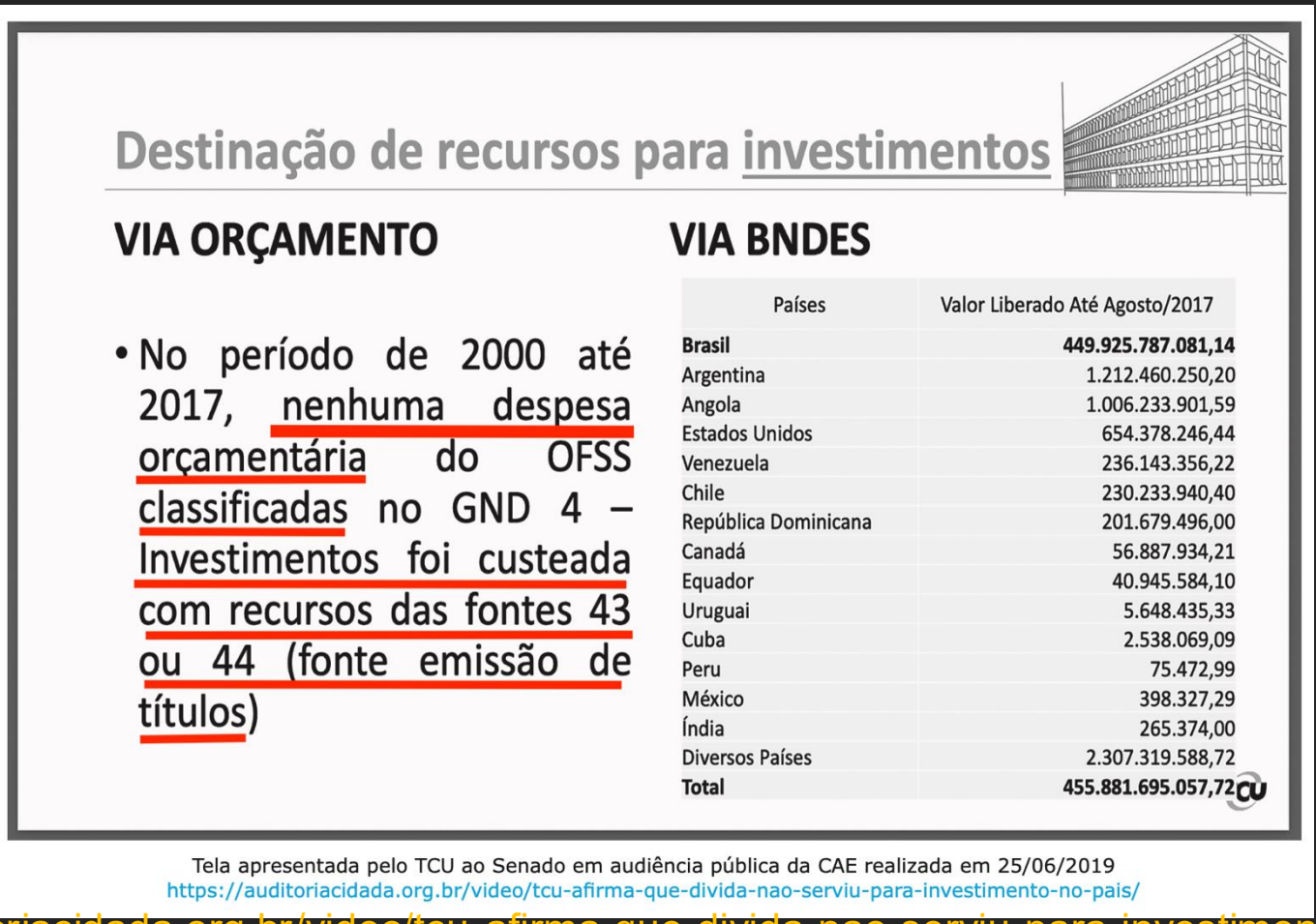
  - Chegamos a **R$ 5 TRILHÕES em caixa:**

    - **R$ 1,829 TRILHÃO** na Conta Única do Tesouro Nacional (em 30/6/2025)
    - **R$ 1,272 TRILHÃO** no caixa do Banco Central (em 30/6/2025)
      (Operações Compromissadas e Depósitos Voluntários Remunerados – "Bolsa Banqueiro")
    - **R$ 1,879 TRILHÃO** em Reservas Internacionais (em 30/6/2025)

    Fonte: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202507_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx
    (Tabela 4, Linhas 44, 50 e 52), e Serie Temporal do BCB nº 13.621

Resumo do diagnóstico que emergiu das 8 lives:

- A ACD tem comprovado que a chamada dívida pública no Brasil não tem contrapartida em investimentos, funcionando como o que Maria Lucia batizou de Sistema da Dívida.



Destinação de recursos para investimentos

VIA ORÇAMENTO

- No período de 2000 até 2017, nenhuma despesa orçamentária do OFSS classificadas no GND 4 – Investimentos foi custeada com recursos das fontes 43 ou 44 (fonte emissão de títulos)

VIA BNDES

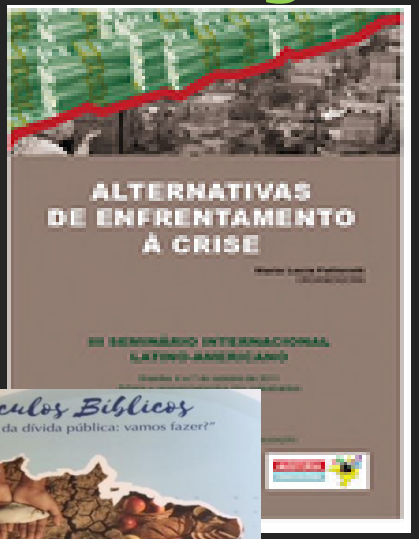
Países	Valor Liberado Até Agosto/2017
Brasil	**449.925.787.081,14**
Argentina	1.212.460.250,20
Angola	1.006.233.901,59
Estados Unidos	654.378.246,44
Venezuela	236.143.356,22
Chile	230.233.940,40
República Dominicana	201.679.496,00
Canadá	56.887.934,21
Equador	40.945.584,10
Uruguai	5.648.435,33
Cuba	2.538.069,09
Peru	75.472,99
México	398.327,29
Índia	265.374,00
Diversos Países	2.307.319.588,72
Total	**455.881.695.057,72**

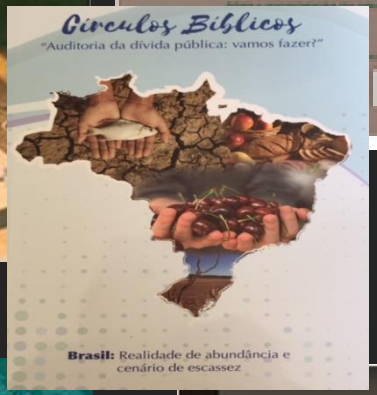
TCU

Tela apresentada pelo TCU ao Senado em audiência pública da CAE realizada em 25/06/2019
https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/

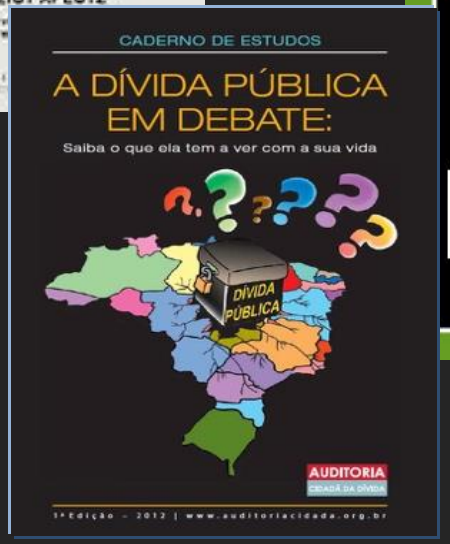
https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/

Resumo do diagnóstico que emergiu das 8 lives:

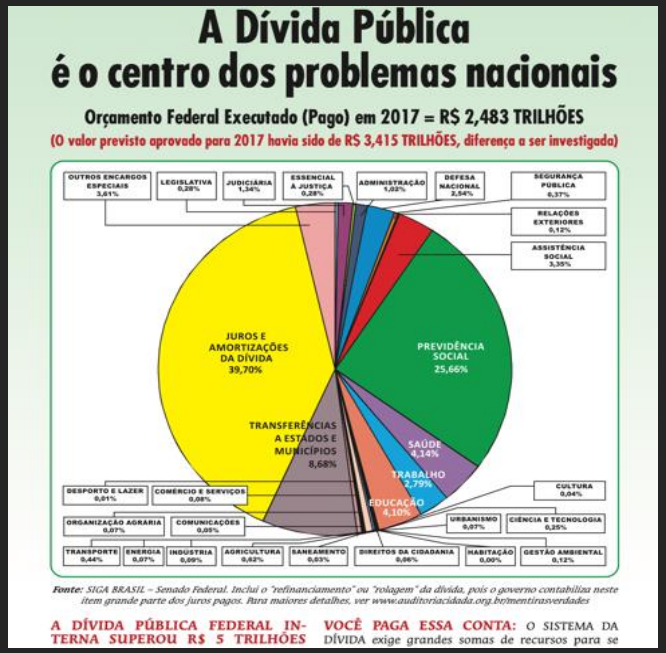




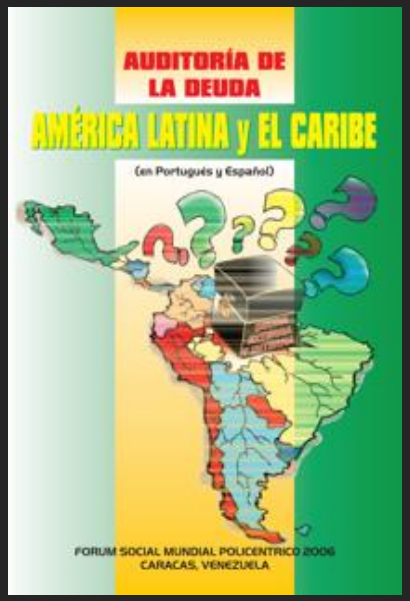
- Livros e publicações da ACD inspiram, apoiam e contribuem para lutas sociais no Brasil e exterior.



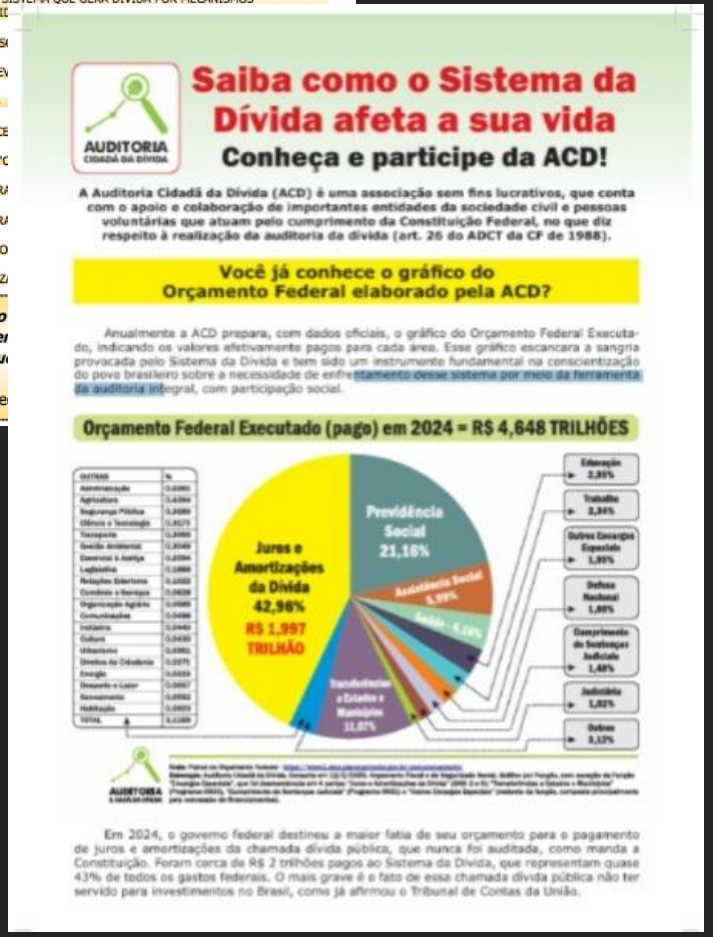
Resumo do diagnóstico que emergiu das 8 lives:



- A ACD aborda problemas centrais que afligem a população e propõe saídas concretas para superá-los.



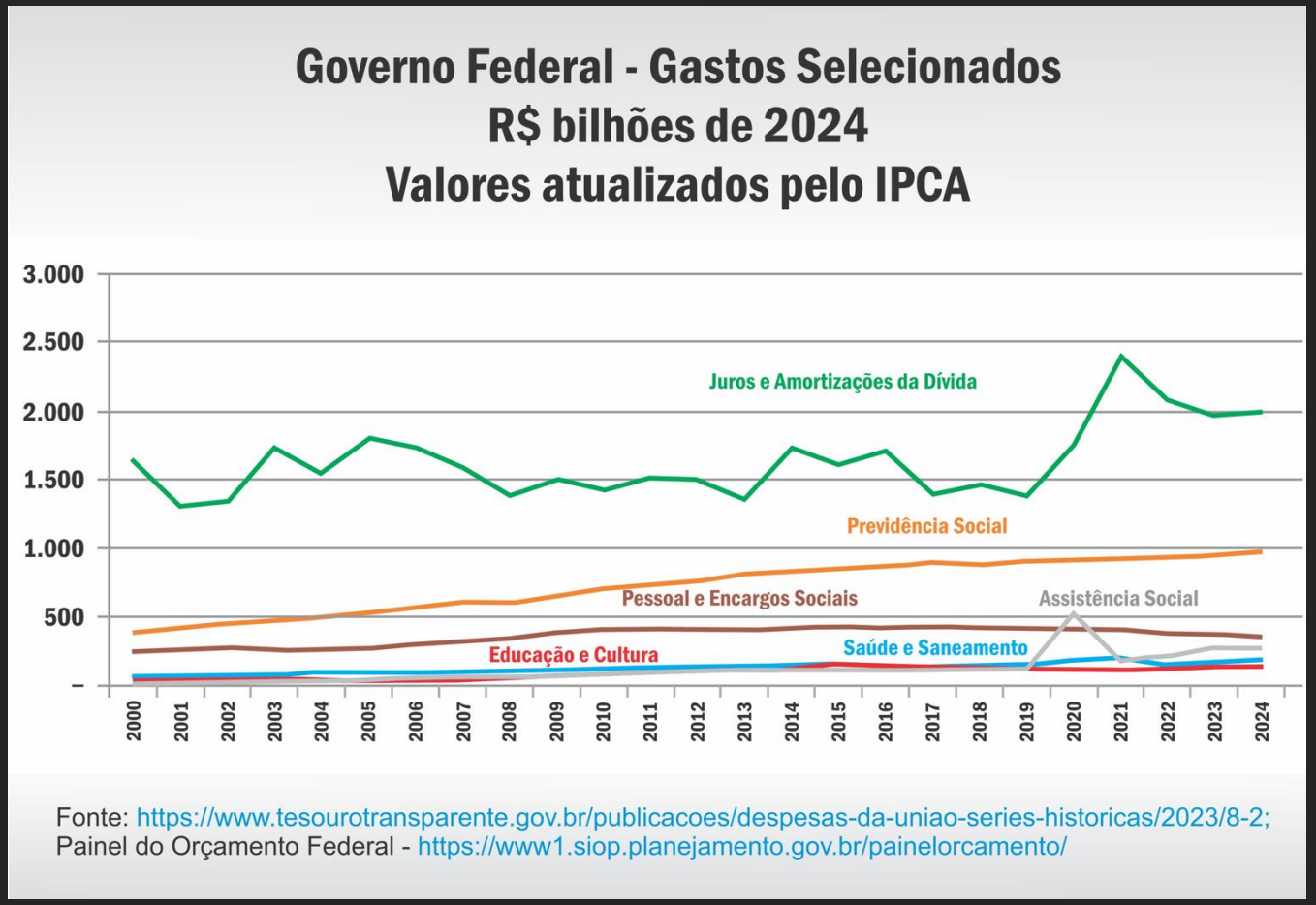
Resumo do diagnóstico que emergiu das 8 lives:



- ACD tem municiado as lutas sociais com dados fundamentais para combater contrarreformas, privatizações e cortes de investimentos sociais.

Resumo do diagnóstico que emergiu das 8 lives:

- ACD tem mostrado onde está o verdadeiro rombo das contas públicas, denunciando a redução dos gastos com pessoal, quando a grande mídia diz o contrário e propõe a redução do Estado e Reforma Administrativa.



Resumo do diagnóstico que emergiu das 8 lives:

- ACD tem denunciado a nociva política monetária adotada pelo Banco Central, produtora de crises sucessivas, mostrando a inconsistência dos elevadíssimos juros praticados no Brasil, e lutando para limitar esses juros, como fazem quase 80 países ao redor do mundo.

A cada 1% de aumento da Selic, o Banco Central gera um gasto de R$ 57,4 bilhões ao ano com juros da dívida pública, sem qualquer contrapartida.

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R$ bilhões	p.p. PIB[1/]	R$ bilhões	p.p. PIB[1/]
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio[2/]	-8,5	-0,07	10,2	0,08
Elevação de 1 p.p. na taxa Selic[2/ 3/]	57,4	0,47	52,4	0,43
Redução de 1 p.p. nos índices de preços[2/ 3/]	-19,8	-0,16	-19,6	-0,16

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB. conforme o caso.
2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e aumento de índices de preços.
3/ Variação mantida por doze meses.

Resumo do diagnóstico que emergiu das 8 lives:

- ACD tem mostrado o impacto do Arcabouço Fiscal e os seus cursos são fundamentais para a formação da sociedade e divulgação do grave alcance do Sistema da Dívida e a necessidade de auditoria integral da dívida pública, com participação social.

https://auditoriacidada.org.br/cursos

Resumo do diagnóstico que emergiu das 8 lives:

- O Sistema da Dívida é apontado como o nó central a ser desfeito, pois amarra o Brasil: ao romper o mecanismo do endividamento injustificado, o país pode deixar de financiar interesses que o prejudicam e recuperar margem para políticas públicas.

- A ACD é reconhecida como uma luta cidadã central, com potencial de desatar os nós que limitam o país e de promover mudanças estruturais.

- Caso a população compreendesse plenamente o funcionamento do Sistema da Dívida, haveria mobilização massiva exigindo auditoria integral com participação social.

Resumo das PROPOSTAS que emergiram das 8 lives:

- Realizar palestras e atividades presenciais para ampliar o alcance das discussões sobre o Sistema da Dívida e a participação social na auditoria.

- Associar os trabalhos da ACD à Cúpula dos Povos rumo à COP30, integrando os subsídios produzidos pela ACD ao documento que será encaminhado à Presidência da Conferência das Partes da ONU, fortalecendo a conexão entre dívida, justiça socioambiental e clima.

- Reforçar a ideia de que, em lutas por direitos e justiça, o foco deve ser o dever ético de lutar pelo ideal, independentemente do resultado imediato — mantendo mobilização, articulação e continuidade na ação política e educativa.

Resumo das PROPOSTAS que emergiram das 8 lives:

- Aumentar a participação de entidades da sociedade civil na Auditoria Cidadã da Dívida, divulgando cursos e campanhas.

- Utilizar os dados da ACD nas diversas lutas sociais, tendo em vista que o Sistema da Dívida está por trás de todas as contrarreformas, privatizações e supressão de direitos sociais.

- Ampliar o conhecimento do Sistema da Dívida e dos mecanismos financeiros denunciados pela ACD, em especial a Bolsa-Banqueiro e o esquema fraudulento da Securitização de Créditos Públicos.

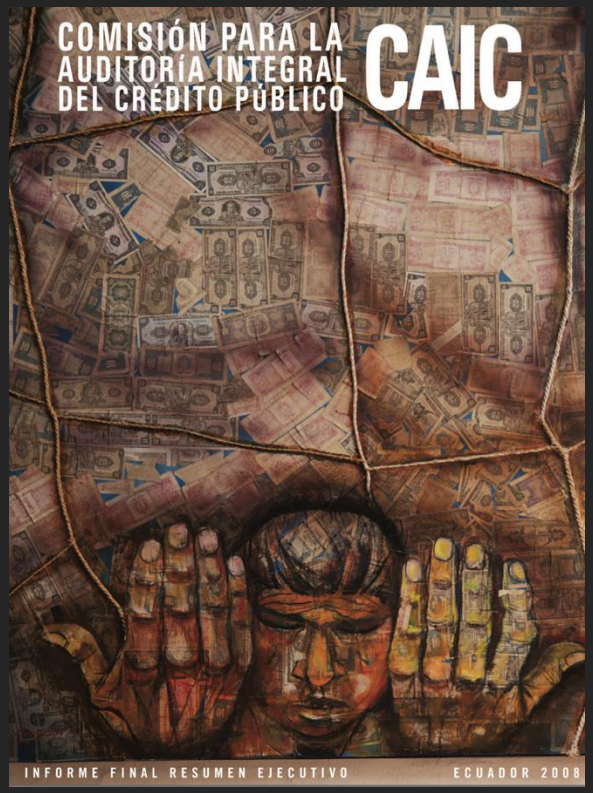
- Exigir auditoria da dívida pública em todos os âmbitos, federal, estadual e municipal.

Live 2

O Sistema da Dívida no Equador e na Grécia e a importância da participação da Auditoria Cidadã da Dívida nas investigações institucionais

Resumo do diagnóstico – Live 2:

- Representantes do Equador e da Grécia consideraram que a participação da ACD teve papel decisivo nos processos de auditoria da dívida realizada nos respectivos países. A participação da coordenadora nacional da ACD nos processos de auditoria institucional realizada no Equador e na Grécia, envolvendo o coletivo da ACD nos trabalhos, levou a experiência brasileira de auditoria cidadã a esses países e mostrou que a auditoria é um instrumento de soberania e justiça social, e não simplesmente um procedimento técnico burocrático.



Resumo do diagnóstico – Live 2:

- A auditoria da dívida realizada no Equador revelou inúmeras ilegalidades e ilegitimidades do processo de endividamento equatoriano e possibilitou anular cerca de 70% da dívida externa representada por títulos junto a bancos privados internacionais, o que resultou em aumento na destinação de recursos para saúde, educação e outros investimentos. Essa experiência revelou a eficácia e a eficiência da ferramenta da auditoria. O ex-ministro equatoriano Pedro Paez reconheceu que a participação de Maria Lucia na comissão ajudou a transformar uma luta técnica em vitória do povo equatoriano.
- Em 2015, o Parlamento Helênico criou uma comissão que comprovou que a dívida grega estava servindo para salvar bancos à custa do povo. A então presidente do Parlamento, Zoe Konstantopoulou, também destacou o papel desempenhado por Maria Lucia naquela comissão.
- A população em geral desconhece o custo da dívida pública. A imensa maioria da população (cerca de 99%) desconhece quanto o governo paga de juros da dívida pública. Sem conscientização e politização popular, não será possível promover mudanças estruturais.

Resumo do diagnóstico – Live 2:

- A dívida impacta diretamente os direitos humanos. Especialistas independentes que elaboram relatórios para a ONU vêm alertando, desde 2011, que o pagamento das dívidas públicas afeta diretamente os direitos humanos dos povos, comprometendo o atendimento de necessidades básicas.
- A ocultação dos mecanismos financeiros perversos que geram dívida pública sem contrapartida não é um acaso. Parte do sistema de dominação está ligado à ocultação do tema da dívida pública nas escolas, universidades. Não explicam o que é a dívida, inclusive usam termos que não são corretos, como dívida "soberana". Soberano é o povo! O Sistema da Dívida é um sistema de morte; só a auditoria poderá romper essas correntes.
- O modelo econômico injusto que privilegia a dívida causa de sofrimento e desigualdade. A ausência de uma auditoria efetiva perpetua esse modelo que gera sofrimento, miséria e desigualdade. Realizar a auditoria da chamada dívida pública significa libertar o povo dessa estrutura injusta.

Resumo do diagnóstico – Live 2:

- Mudanças constitucionais estão sendo feitas em vários países, alterando-se os respectivos textos constitucionais para colocar o pagamento da dívida pública como uma prioridade, acima dos direitos sociais, acima de todos os investimentos.
- Getúlio Vargas fez auditoria da dívida externa a partir de 1931 muito bem sucedida, obtendo uma redução expressiva tanto no estoque da dívida como no volume de juros que sangravam o orçamento federal. A auditoria mostrou que grande parte da dívida não estava amparada em contrato; não existia contabilidade regular, e sequer controle do que é que se estava pagando.
- Apesar de existir determinação constitucional desde 1988, até hoje ela não aconteceu no Brasil. Além disso, presidentes vetaram a determinação para que se realizasse uma auditoria no âmbito do Executivo.
- Gastamos R$ 1 trilhão de juros por ano no Brasil, mas temos crianças fora das creches, 50% do povo sem saneamento básico, um absurdo! Esse gasto abusivo com juros evidencia a falta de soberania econômica do Brasil, subjugado pela lógica financeira da dívida pública.

Resumo das propostas – Live 2:

- Realizar a auditoria da dívida é uma providência absolutamente necessária para a conscientização da sociedade.
- Fortalecer a Auditoria Cidadã da Dívida. A Auditoria Cidadã da Dívida deve atuar como instrumento de mobilização social e enfrentamento dos abusos oligárquicos e imperiais. Nesse contexto, destaca-se a importância da implementação do Jubileu 2025 como marco simbólico e político de transformação.
- Lutar pela mudança estrutural do Sistema da Dívida. Mais do que promover modificações pontuais no Sistema da Dívida, é necessário alterar a arquitetura de dominação vigente, rompendo com o modelo que concentra riqueza e subordina o povo brasileiro.
- Considerar a auditoria da dívida pública com participação social como passo essencial para reverter as distorções econômicas e sociais que impedem o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Evidentemente a auditoria não é o único passo, mas é fundamental.

Resumo das propostas – Live 2:

- Realizar auditoria permanente da dívida pública. A experiência do Equador demonstrou os efeitos positivos de uma auditoria executada de forma concreta e transparente. Essa prática deve ser permanente, institucionalizada e com participação popular, garantindo acompanhamento e correção permanente das distorções, evitando que se gerem novas dívidas ilegítimas.

- Priorizar investimentos em Educação e soberania popular. A erradicação do analfabetismo deve ser tratada como meta nacional urgente, condição essencial para fortalecer a cidadania e a compreensão crítica sobre o Sistema da Dívida.

- Lutar pela efetivação do Conselho de Gestão Fiscal. O Artigo 67 da Lei Complementar 101/2000 prevê a criação do Conselho de Gestão Fiscal, com representantes de todos os Poderes, esferas de governo, Ministério Público e entidades da sociedade. Após 25 anos, o dispositivo segue sem implementação, e sua efetivação é indispensável para garantir transparência e controle social sobre a gestão fiscal.

Live 3

O Sistema da Dívida e a reiterada ameaça à Previdência Social

Resumo do diagnóstico – Live 3:

- Desde a Constituição Federal de 1988, a Previdência Social tem sido alvo de ataques, por meio de sucessivas contrarreformas e avanço da narrativa de privatização e enfraquecimento do regime público.
- O rombo orçamentário está no Sistema da Dívida e não na Previdência Social.
- A maior mentira é dizer que a Previdência pública seria insustentável. Quando se desmonta a CLT com reforma trabalhista e se estimula a uberização e a *pejotização*, fragiliza-se a Previdência.
- Parte da juventude acaba se iludindo com o falso discurso de "empreendedorismo" e que ser contratado via CLT seria ruim. Essa mentira, bem como a precarização do trabalho no Brasil, prejudicam o financiamento da Previdência Social.
- A reforma do Estado, com a privatização de serviços de Saúde e Previdência, visa abrir campo de atuação para o capital privado.
- A privatização se materializa no Funpresp que retira o caráter solidário da Previdência do funcionalismo público.

Resumo do diagnóstico – Live 3:

- Privatizar a Previdência significa que a classe trabalhadora passe a depender de juros altos para ter aposentadoria, o que joga trabalhador contra trabalhador. Abolir o sistema de repartição (em favor da capitalização) põe fim à solidariedade entre as gerações e desfinancia a Previdência Social.
- Nos estados, regimes próprios já foram levados à crise por dependerem do mercado financeiro, a exemplo da RioPrevidência no Rio de Janeiro.
- Há uma correlação direta entre a desindustrialização e o enfraquecimento da Previdência social.
- A solidariedade, princípio da Constituição Federal de 1988, está sendo desmontada pela lógica da financeirização.
- Com a desoneração da folha de pagamento e a sonegação de grandes empresas, quem sustenta a Previdência é a classe trabalhadora.

Resumo do diagnóstico – Live 3:

- No INSS, a precarização do órgão e os cortes orçamentários levaram à perda de 50% do quadro de servidores. A sobrecarga e as metas abusivas no INSS já levaram servidores ao adoecimento, com casos de morte súbita e até risco de suicídio.
- **Não existe o falacioso déficit da Previdência**. A grande imprensa divulga a falsa informação de que o INSS estaria quebrado, estimulando as pessoas a acharem que não valeria à pena pagar a contribuição social, porque nunca conseguiriam se aposentar. Porém, a Constituição Federal prevê: caso as diversas fontes de financiamento da Seguridade Social (que inclui Previdência, Saúde e Assistência) não forem suficientes, o orçamento público deve suprir a diferença. (Art. 195 da CF)
- Neoliberais mentem ao afirmar que servidores públicos seriam os responsáveis pela elevada dívida pública. Essa mentira reforça a ideia do Estado Mínimo e apoio a contrarreformas, como a Administrativa.

Resumo do diagnóstico – Live 3:

- Vivemos um sequestro da cognição coletiva: a juventude passou a acreditar que a Previdência não importa.
- Muitos jovens dizem que não irão se aposentar, revelando a perda de esperança.
- A narrativa de que a CLT seria uma ofensa mostra a manipulação ideológica contra direitos trabalhistas e previdenciários.
- A comunicação em rede plantou no imaginário social o desprezo à Previdência
- Esse ataque narrativo serve aos interesses da capitalização e da privatização.
- Defender a Previdência é defender a vida e a dignidade da classe trabalhadora.

Resumo das propostas – Live 3:

- Temos que seguir lutando por uma Previdência pública universal, cada vez mais ampla, cada vez atingindo maior contingente de pessoas no Brasil, e continuar denunciando a extração bilionária de recursos para o Sistema da Dívida.
- É preciso encontrar uma forma de esclarecer amplamente a mentira do "déficit" da Previdência Social e divulgar os riscos da previdência privada.
- É preciso mostrar que a dívida pública elevada decorre dos mecanismos denunciados pela ACD, em especial os juros exorbitantes, e não tem nada a ver com o funcionalismo público, cujo gasto vem caindo por falta de reajustes, reposição inflacionária e novos concursos.
- Lutar pela revogação das contrarreformas anteriores: Trabalhistas e Previdenciárias.

Resumo das propostas – Live 3:

- Promover a conscientização da classe trabalhadora, tanto do setor público como privado, sobre a importância da eleição para nossos representantes no Poder Legislativo em todas as esferas.
- Diante da aliança entre parlamentares e ricos representantes da extrema direita (que pregam a extinção de direitos sociais e o desmonte do Estado) com pessoas humildes frequentadoras de igrejas neopentecostais, é preciso difundir a atuação do Sistema da Dívida e esclarecer essa questão à base da sociedade, além dos servidores públicos.
- Auditar as dívidas dos Estados, em grande parte formada por oligarquias regionais, pois o desmonte da Previdência nos estados tem sido justificado pela necessidade de pagar dívidas ilegítimas.
- Utilizar redes sociais de comunicação para contrapor ao uso intensivo por parte da extrema direita que prega a abolição dos direitos sociais

Live 4

O Sistema da Dívida e a insuficiência de recursos para Direitos Sociais fundamentais como Saúde e Educação

Resumo do diagnóstico – Live 4:

- Os pisos constitucionais para as áreas da Saúde e Educação estão em risco de extinção, diante da prioridade dada ao cumprimento de metas do Arcabouço Fiscal.
- O Sistema Único de Saúde (SUS) tem sido fundamental para o povo brasileiro e precisa ser ampliado, não sucateado.
- As universidades federais são responsáveis pela maior parte da pesquisa científica no país, pela formação de profissionais qualificados e pela manutenção de hospitais universitários que prestam relevantes serviços à população.
- Atualmente, não há uma política de financiamento estável para as universidades federais, que dependem cada vez mais de emendas parlamentares para manter suas atividades básicas. Essa dependência fragiliza a autonomia universitária e compromete o planejamento acadêmico e científico.

Resumo do diagnóstico – Live 4:

- O teto de gastos sociais imposto pelo arcabouço fiscal reduz drasticamente os recursos para universidades e serviços públicos essenciais, como saúde e educação, por exemplo, ao mesmo tempo em que mantêm intactos os privilégios do Sistema da Dívida.
- Quando cortamos ou limitamos investimentos em Saúde e Educação para privilegiar o Sistema da Dívida, estamos cortando investimentos em direitos, em vidas humanas.
- É preciso entender que Saúde e Ciência não podem ser considerados como gastos, mas sim investimentos fundamentais à vida do povo brasileiro.
- Enquanto países como a China alcançam liderança tecnológica global a partir do investimento contínuo em universidades e pesquisa, o Brasil enfrenta um desmonte do ensino superior público, perdendo capacidade de inovação e soberania científica.
- O avanço das Organizações Sociais (OS) e fundações privadas na gestão de serviços públicos vem promovendo uma privatização silenciosa, reduzindo o caráter público e universal da Saúde e da Educação.

Resumo do diagnóstico – Live 4:

- Não dá para ficarmos com apenas 4% para Saúde e menos de 3% para Educação enquanto o sistema da Dívida fica com 43%. É preciso equilibrar a balança mediante o enfrentamento do Sistema da Dívida com ampla auditoria.
- A desigualdade social no Brasil é uma escolha orçamentária.
- Neoliberais dizem que os pisos constitucionais da saúde e educação são fiscalmente insustentáveis!
- Se quisermos de fato defender o custeio da educação e o orçamento da seguridade social, temos que retomar o patamar ampliado das escolhas alocativas do Estado brasileiro.
- A lógica do piso constitucional para saúde e educação (que garantem recursos mínimos para essas áreas fundamentais) é incompatível com a lógica do teto de gastos, que limita o conjunto de gastos e investimentos a um teto rígido, ainda que se obtenha recordes de arrecadação. Enquanto o piso estabelece que é para gastar do piso pra cima, o arcabouço diz que é para gastar do teto para baixo.

Resumo das propostas – Live 4:

- Apoiar a aprovação do PL 2699/2011, que busca garantir previsibilidade e estabilidade no financiamento das universidades federais, e promover diálogo permanente entre essas instituições e a sociedade.
- Organizar a sociedade para revogar o arcabouço fiscal, que comprime os investimentos sociais e inviabiliza o pleno funcionamento das universidades e institutos federais para favorecer o Sistema da Dívida.
- Enfrentar a desinformação e os ataques da extrema direita contra as universidades públicas, fortalecendo a sua imagem como patrimônio da sociedade e base do desenvolvimento nacional.
- Reverter a política de juros altos e cortes sociais, redirecionando os recursos públicos para áreas estratégicas como educação, saúde, ciência e tecnologia.

Resumo das propostas – Live 4:

- Divulgar, para o conjunto da sociedade, que a dívida brasileira não tem servido ao interesse público, pois é resultado de mecanismos financeiros abusivos e juros sobre juros, legitimados por uma política econômica que privilegia o sistema financeiro em detrimento dos direitos sociais do povo brasileiro.
- Enfrentar o Sistema da Dívida por meio da ferramenta da auditoria é condição indispensável para recompor o financiamento da saúde pública e garantir o atendimento digno à população.
- É essencial ampliar o debate público e a formação cidadã para explicar a origem e o funcionamento da dívida pública, desmascarando sua gestão antissocial e fraudulenta.
- Valorizar a educação básica, docentes, e ampliar o investimento para expandir o ensino integral, combatendo a narrativa de que esses avanços seriam "inviáveis" financeiramente.

Live 5

O Sistema da Dívida e o desmonte da gestão socioambiental

Resumo do diagnóstico – Live 5:

- Quando falamos do meio ambiente é da vida que estamos falando.
- Em 2024, o governo federal destinou 43% do orçamento ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública, enquanto apenas 0,3% foi direcionado à Gestão Ambiental. Desses 0,3%, 74% ficaram concentrados no Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, e menos de 10% dos recursos desse fundo foram executados.
- Se olharmos o orçamento federal, vamos ver que definitivamente a área do meio ambiente não está entre as prioridades. O pessoal do meio ambiente trabalha com a vida em todas as suas formas, e não tem como separar a vida humana dos demais sistemas de vida no planeta.
- A responsabilidade da falta de recursos está diretamente ligada ao Sistema da Dívida, tratado como algo sagrado, mas é uma das agressões que contribui para que a emergência socioambiental entre em ponto de não-retorno.

Resumo do diagnóstico – Live 5:

- Há um processo contínuo de enfraquecimento institucional dos órgãos ambientais federais e estaduais. Os recursos orçamentários são absolutamente insuficientes para garantir o direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- Na esfera federal, cerca de 44% dos cargos do Meio Ambiente estão vagos, faltam concursos, e os já aprovados não são convocados. As condições de trabalho são precárias, e a terceirização avança, beneficiando interesses privados.
- O sistema nacional do meio ambiente e o sistema de gerenciamento de recursos hídricos estão completamente sucateados.
- Não é razoável administrar a Terra Yanomami com 80ma 120 pessoas, considerando que a área é maior que a soma de vários estados brasileiros.

Resumo do diagnóstico – Live 5:

- O IBAMA conta hoje com metade do quadro de pessoal de dez anos atrás, o que leva à lentidão no licenciamento ambiental. Essa demora, causada pela falta de estrutura, tem sido usada como argumento para enfraquecer ou extinguir o processo de licenciamento, ameaçando a política ambiental. Mesmo estados com maior arrecadação enfrentam escassez de recursos.

- A dívida pública, além de não auditada, é tratada como um dogma, uma obrigação inquestionável, colocada acima de qualquer análise ou controle social. Essa naturalização impede o debate democrático sobre suas origens, beneficiários e impactos sociais e ambientais.

- Nós precisamos democratizar de fato a elaboração a orçamento público no Brasil, pois o Estado brasileiro já não é mínimo, é raquítico, e é inaceitável a forma como está organizado para enfrentar os graves dilemas do meio ambiente.

Resumo das propostas – Live 5:

- Articular com o pessoal do meio ambiente para divulgar que recursos financeiros existem em abundância no Brasil. Temos mais de R$ 5 trilhões em caixa e batido recordes de arrecadação sucessivamente, mas tudo isso está reservado para o Sistema da Dívida, impedindo o devido investimento na proteção ambiental.
- É urgente realizar novos concursos públicos, convocar os aprovados nos certames recentes e assegurar mais recursos orçamentários para o fortalecimento dos órgãos ambientais federais e estaduais.
- O sistema do agronegócio, que provoca fome, destruição ambiental, secas e deslocamentos forçados, deve ser reconhecido como crime contra a vida. É necessário buscar judicialização e responsabilização das empresas e governos que promovem tais práticas.
- O Brasil, país de maior biodiversidade do planeta, é credor de uma dívida ecológica histórica, contraída por nações e empresas que exploram nossos recursos naturais. Essa dívida deve ser reconhecida, mensurada e cobrada no debate internacional e nas políticas públicas.

Resumo das propostas – Live 5:

- Promover um modelo de federalismo cooperativo, que permita soluções integradas e sustentáveis (por exemplo, consórcios regionais para gestão de aterros sanitários e estações de tratamento de água e esgoto), evitando a fragmentação e o desperdício de recursos públicos.
- Fortalecer os mecanismos de participação social para que o cidadão comum tenha voz ativa na definição e fiscalização do orçamento público, vigiando a destinação de recursos suficientes para a manutenção e atualização das instituições ambientais.
- A sociedade civil, movimentos populares e organizações sociais devem retomar o protagonismo nas ruas, reivindicando políticas públicas efetivas, que incluem a proteção ao meio ambiente, e denunciando a captura do espaço público por setores antidemocráticos.
- É preciso cobrar a dívida ecológica e colocar a questão ambiental no centro do debate. Cuidar do meio ambiente é cuidar da vida no planeta.

Live 6

O Sistema da Dívida e o desmonte do Estado, apesar dos recordes de arrecadação tributária

Resumo do diagnóstico – Live 6:

- O Brasil vive um paradoxo: alcança recordes de arrecadação, sustentados principalmente por um sistema tributário regressivo, onde os trabalhadores arcam com o peso maior dos impostos, enquanto as grandes rendas e riquezas permanecem subtributadas.
- Apesar da alta arrecadação, uma parte expressiva das receitas públicas é desviada para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, resultando em cortes em direitos fundamentais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e áreas essenciais como Educação, Saúde e Previdência.
- Em 2023, a arrecadação federal cresceu 9% em termos reais, mas os investimentos sociais seguem limitados a 2,5% de aumento anual devido ao teto imposto pelo novo arcabouço fiscal, que não impõe limites aos gastos com juros. A própria Ministra do Planejamento declarou que Saúde, Educação e Previdência precisarão ser contidas para caber no teto, enquanto gastos da dívida seguem sem restrição.

Resumo do diagnóstico – Live 6:

- A capacidade do Estado atender as necessidades da população em bens e serviços vem sendo continuamente pressionada e, de certa forma, reduzida por políticas econômicas que estabelecem ajuste fiscal, teto de gastos e arcabouço fiscal. Ocorre que nenhuma dessas políticas movem uma vírgula na direção do gasto com o Sistema da Dívida, pelo contrário: todas as alternativas de ajuste que se apresentam recaem sobre a estrutura do Estado, os direitos sociais e o funcionalismo público, enquanto o maior gasto de todos, com o Sistema da Dívida, sai intacto e privilegiado com os recursos economizados nos cortes e contingenciamentos efetuados nas áreas sociais.

- Estamos diante de um modelo que, ao priorizar o pagamento de juros ao Sistema da Dívida, corrói a capacidade do Estado de induzir o desenvolvimento, sustentar políticas sociais e garantir direitos fundamentais.

Resumo do diagnóstico – Live 6:

- A chamada Reforma Administrativa está sendo redigida por entidades neoliberais, sem participação efetiva da sociedade. O grupo de trabalho no Congresso é descrito como uma farsa, pois o texto já estaria definido previamente. Essa proposta ameaça destruir direitos históricos dos servidores e abrir caminho para a privatização dos serviços públicos, substituindo servidores estáveis por contratos CLT e vínculos precários.
- O IBGE perdeu 40% de seu quadro de servidores nos últimos 8 anos, e os recursos para os censos vêm diminuindo. A criação da "Fundação IBGE+", proposta como solução, na realidade visa atrair capital privado e transformar o órgão em entidade híbrida, contratando trabalhadores via CLT. Essa tendência ameaça a autonomia técnica e científica da instituição e compromete a qualidade das estatísticas públicas.
- A destruição do serviço público atinge duplamente as mulheres e os setores mais vulneráveis, que são, ao mesmo tempo, servidoras e usuárias dos serviços públicos, sofrendo o impacto direto da precarização e da privatização.

Resumo do diagnóstico – Live 6:

- A chamada austeridade imposta pelo arcabouço fiscal coloca o mercado acima da soberania popular. A lógica é perversa, pois a classe trabalhadora paga muitos tributos e enfrenta a contínua subtração de direitos.

- Discutir o Sistema da Dívida hoje não é apenas falar de finanças públicas, mas discutir o próprio futuro do Estado brasileiro, sua capacidade de agir como promotor de justiça social, soberania e desenvolvimento; é desnudar como o sistema opera, o que só é possível mediante a realização da auditoria desse sistema.

- A situação social do país é grave, por isso precisamos mais do que nunca denunciar o saque de recursos públicos por meio dos mecanismos do Sistema da Dívida.

Resumo das propostas – Live 6:

- É necessário complementar a reforma tributária e tributar os ricos, pois até o momento ela se restringiu à tributação sobre o consumo, que atinge mais pesadamente os mais pobres. O país deve avançar na tributação das altas rendas, lucros e patrimônios, tornando o modelo tributário mais progressivo e justo.

- A luta contra a Reforma Administrativa e outras medidas neoliberais deve adotar linguagem acessível, mostrando os efeitos diretos sobre a vida da população: em vez de dizer “contra a PEC 32”, comunicar que é a PEC “que pode acabar com o SUS, com as aposentadorias, com a farmácia popular e com a fila democrática do transplante”.

- É urgente aprovar a PEC 27/2021, que assegura o caráter permanente e público do IBGE. A proposta reforça a autonomia técnica da instituição e impede sua privatização disfarçada. (Mais informações em: www.pec27-2021.com.br)

Resumo das propostas – Live 6:

- Toda a classe trabalhadora deve estar atenta e mobilizada contra a Reforma Administrativa, entendendo que ela ameaça não apenas os direitos do funcionalismo público, mas todo o conjunto da sociedade que depende dos serviços públicos.

- Relacionar o desmonte do Estado promovido pela Reforma Administrativa com os privilégios do Sistema da Dívida e a necessidade de realizar auditoria com participação social, porque o privilégio dessa dívida, que recebe os juros mais elevados do mundo e não tem contrapartida em investimentos, explica porque o Brasil bate sucessivos recordes de arrecadação e, ainda assim, desmonta os serviços públicos essenciais e a estrutura do Estado.

- Denunciar que o desmonte do Estado por meio da Reforma Administrativa não é algo improvisado, mas parte de um projeto que visa reduzir o Estado a mero repassador de recurso para o setor financeiro por meio do Sistema da Dívida.

Live 7

Atuação nociva do Banco Central e sua relação com o Sistema da Dívida

Resumo do diagnóstico – Live 7:

- O Brasil possui um PIB de R$ 12 trilhões, o que equivaleria a uma renda de R$ 19 mil mensais por família de quatro pessoas. Produzimos alimentos em abundância — cerca de 4 kg de grãos por pessoa por dia — e, ainda assim, convivemos com a fome e a miséria. A causa desse paradoxo não é econômica, mas política e social, resultado de um sistema que concentra renda e favorece os grandes grupos econômicos.

- As grandes empresas financiam campanhas políticas, distorcendo o sistema democrático e projetando representantes ligados aos interesses do capital financeiro e do agronegócio. Os resultados foram: a revogação do artigo 192 da Constituição (que limitava os juros reais a 12% ao ano); a isenção de IR sobre lucros e dividendos (1995); e a isenção de ICMS sobre exportações de produtos primários (1996). Essas decisões institucionalizaram a agiotagem financeira e a regressividade tributária, aprofundando a desigualdade.

Resumo do diagnóstico – Live 7:

- O Brasil mantém uma das maiores taxas de juros do mundo: a Selic de 15%, contra 0,5% no Japão. Mesmo com deflação e indústria ociosa (70% de capacidade utilizada), o Banco Central mantém juros altos, inviabilizando o investimento produtivo e estimulando a compra de títulos da dívida pública. Assim, a dívida não financia investimentos, mas paga a si própria, alimentando o ciclo da financeirização. Nas pessoas físicas, os juros médios chegam a 55% ao ano, enquanto na Europa variam entre 4% e 6% — um verdadeiro confisco da renda das famílias.

- No Brasil a taxa de juros dos títulos da dívida é a mesma do mercado monetário, o que faz com que cada alta da Selic aumente o lucro rentista e reduza o investimento produtivo. O resultado é uma economia sufocada. Essa política reduz a oferta de bens, o que, paradoxalmente, eleva os preços — ou seja, juros altos aumentam a inflação, ao contrário do discurso oficial.

Resumo do diagnóstico – Live 7:

- O Banco Central é um órgão capturado, voltado à defesa dos interesses do setor financeiro, enquanto a indústria perde espaço e o país se desindustrializa. Mesmo com deflação, o BC mantém juros elevados, agravando custos das empresas e pressionando preços — o oposto da estabilidade alegada.

- O atual diretor de política monetária do BC trabalhou em banco privado, o que reforça o caráter antipúblico e concentrador da política monetária.

- Nas últimas décadas, o cultivo de alimentos (como arroz e feijão) foi sendo substituído pela soja (para exportação), fazendo com que o Brasil, segundo maior produtor de alimentos do mundo, tenha preços internos altíssimos e enfrente fome estrutural. A isenção fiscal sobre exportações de alimentos agrava o quadro, enquanto o BC tenta justificar os preços altos como resultado de "demanda aquecida", o que é uma falácia, segundo os estudos da ACD.

Resumo do diagnóstico – Live 7:

- A Auditoria Cidadã da Dívida tem demonstrado, com base em dados oficiais, que a inflação brasileira não decorre de excesso de demanda, mas de fatores estruturais — como preços administrados, tarifas e custos financeiros. Logo, a política de juros altos praticada pelo BC não tem base técnica, e a dívida pública resultante dessa prática é, em grande parte, ilegítima.

- Dizerem para nós que para combater a inflação precisa subir juros é uma mentira deslavada. O BC se alimenta da pesquisa Focus, que é a produção fictícia de informações pelas principais instituições do mercado financeiros. O que está por trás é a disputas das riquezas do país e não o controle da inflação.

- Enquanto o setor industrial brasileiro enfrenta trajetória de rápido declínio, o setor financeiro avança em um processo de concentração bancária sem precedentes históricos, beneficiando-se de taxas de juros anômalas, extremamente elevadas, e controle do jornalismo econômico.

Resumo das propostas – Live 7:

- Fortalecer o trabalho da Auditoria Cidadã da Dívida para democratizar o conhecimento sobre o funcionamento do BC, da política monetária e orçamentária, permitindo que a população compreenda como os recursos públicos são apropriados por bancos e grandes rentistas através do Sistema da Dívida e seus mecanismos.

- Lutar para revogar o arcabouço fiscal, que favorece o gasto com o Sistema da Dívida, mediante o engessamento dos investimentos sociais, impedindo que o Estado utilize o gasto público como instrumento de estímulo à economia e ao emprego, mesmo diante de recordes de arrecadação.

- Esclarecer a sociedade acerca do fato de que o gasto público deve ser visto como motor do desenvolvimento produtivo e não como ameaça fiscal, como a grande mídia alardeia, acobertando o gasto abusivo com juros do Sistema da Dívida.

Resumo das propostas – Live 7:

- Realizar auditoria integral da dívida pública, com participação cidadã, para revelar a ilegitimidade dos mecanismos de endividamento, especialmente a equiparação entre taxa Selic e remuneração da dívida, que transforma a política monetária em fonte de lucros para o sistema financeiro (o que a ACD denomina Bolsa-Banqueiro). Mesmo que os registros contábeis estejam corretos, a auditoria mostrará a distorção estrutural da política monetária.

- Rejeitar a PEC 65, que aprofunda a autonomia do BC e autoriza contratações celetistas, abrindo caminho para sua privatização e captura definitiva pelos rentistas. O Banco Central deve ser órgão público e estatal, comprometido com o desenvolvimento nacional.

- A taxa de juros aplicada às operações da política monetária (operações compromissadas e depósitos voluntários remunerados) deve ser zero, retirando o estímulo à especulação e reduzindo o custo da dívida pública.

Resumo das propostas – Live 7:

- Lutar para que sejam estabelecidos controles para os fluxos de capitais internacionais, restringindo o ingresso de capital especulativo e estimulando o investimento produtivo, como fez a China.

- Elaborar materiais que traduzam o debate sobre as variáveis macroeconômicas — juros, dívida pública, política fiscal etc. — para a sociedade civil, sindicatos, juventude e movimentos sociais.

- Atuar para desmontar os dogmas que mascaram a política econômica como se fosse algo técnico e neutro, quando na verdade ela é profundamente política e ideológica.

- Lutar pelo limite dos juros no Brasil, como fazem quase 80 países mundo afora (PLP 104/2022).

Live 8

O Sistema da Dívida nos Estados

Resumo do diagnóstico – Live 8:

- Em 1997 a dívida dos estados refinanciada pela União foi registrada em R$ 112 bilhões, sendo que mais da metade desse valor eram obscuros passivos de bancos estaduais (Proes). Desde então, estados pagaram R$ 456 bilhões (mais de 4 vezes o valor original) e, ainda assim, o saldo atingiu R$ 786 bilhões em 2024 (7 vezes o valor inicial). Essa conta não fecha e indica que os mecanismos de correção e juros aplicados tornam o endividamento estruturalmente insustentável.
- As dívidas estaduais foram constituídas por processos de baixa transparência e refinanciadas pelo governo federal sem auditoria ampla e independente. A correção por índice inflacionário exorbitante (IGP-DI, que engloba a variação cambial e atingiu 19,98% em 1999, e 26,41% em 2002, por exemplo, acima do qual foi aplicada taxa de juros efetivas foram 6,17 e 7,76%) multiplicou os valores de forma significativa, sem que houvesse verificação pública da legitimidade desses ajustes.
- Trata-se de uma dívida que se retroalimenta de juros altos, que ganhou pernas próprias para crescer sem contrapartida alguma e sem que se possa ter domínio real sobre ela.

Resumo do diagnóstico – Live 8:

- Os pagamentos efetuados pelos estados têm servido exclusivamente para abastecer o pagamento da dívida federal, sem resultar em contrapartidas efetivas em investimentos públicos ou melhoria da situação fiscal estadual. Isso evidencia um ciclo de endividamento que onera as finanças estaduais sem promover desenvolvimento.
- É preciso conhecer a origem da Lei Kandir para debater a quem ela beneficiou e a quem provocou danos. De 1999 a 2018, as empresas exportadoras deixaram de pagar aos estados R$ 908 bilhões, devido à Lei Kandir. O Estado do Pará perdeu R$ 30 bilhões de arrecadação com a Lei Kandir, dinheiro que poderia estar financiando Saúde e Educação.
- A União assumiu absolutamente todos os passivos dos bancos estaduais sem nenhum grau de contestação, sem nenhum exame analítico, sem nenhuma auditoria.
- Todo e qualquer ganho real de receita no Brasil vai para o pagamento da dívida. Isso vale também para os estados. É um sistema de agiotagem.

Resumo do diagnóstico – Live 8:

- Essa dívida dos estados que já foi paga várias vezes continua sendo cobrada pela União e vem submetendo os estados a programas de ajuste fiscal rigorosos, como o chamado "Regime de Recuperação Fiscal", que no Rio de Janeiro agravou ainda mais o endividamento ilegítimo. O PROPAG (Programa de pleno pagamento da dívida dos estados) consolida e eterniza o elevado e questionável estoque dessa dívida.
- Estão utilizando a dívida pública como forma de destruir a soberania nacional e a possibilidade de desenvolvimento socioeconômico do país.
- O endividamento público é utilizado como instrumento de concentração de renda.
- A securitização de créditos públicos é uma operação que cria dívida disfarçada, não contabilizada como dívida, e paga por fora dos controles orçamentários. Na prática, é uma operação de crédito disfarçada em complexa arquitetura financeira. É uma burla ao princípio constitucional da legalidade orçamentária e uma forma de privilegiar credores.

Resumo do diagnóstico – Live 8:

- A Lei Complementar 208/2024 incluiu essa securitização de créditos públicos no ordenamento legal brasileiro. Existem 11 inconstitucionalidades nessa lei.
- O Sistema da Dívida transfere renda da população para o sistema financeiro, ao contrário da Constituição, que manda distribuir renda e fazer justiça social.
- O Sistema da Dívida tira os direitos da população. O impacto da dívida no dia a dia é a falta de segurança, falta de saúde, educação perdendo qualidade, aumento de tarifas públicas. A dívida dos estados refinanciada pela União significou uma perpetuação de danos.
- A ACD traz para todos nós um alerta sobre o ralo por onde estão escoando públicas de todos os entes federados. A dívida pública é que, na verdade, suga a maior parte da riqueza da sociedade, e não os investimentos na estrutura do Estado que a Reforma Administrativa visa demolir.

Resumo do diagnóstico – Live 8:

- O Núcleo da ACD em São Paulo conseguiu criar a Frente Parlamentar pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública. A atuação do deputado Carlos Gianazzi foi fundamental para essa conquista. Ele já enviou questionamentos ao governo do Estado de SP sobre a dívida regional e a securitização, e estamos aguardando as respostas.

- Em Minas Gerais foi criado o NEPAD (Núcleo de Estudos para a Promoção da Auditoria da Dívida), de iniciativa do Sindifisco-MG e da Affemg, que verificou que se utilizássemos o IPCA+4% ao ano na dívida de MG com a União desde o início (e não somente a partir de 2013), o estoque dessa dívida seria de R$ 13 bilhões ao final de 2024, e não R$ 160 bilhões. Se a correção fosse somente pelo IPCA (sem juros), Minas não teria essa dívida de R$ 160 bi, mas sim teria R$ 33 bilhões A RECEBER da União.

Resumo das propostas – Live 8:

- Precisamos decodificar o Sistema da Dívida para que a população compreenda seus impactos e vote certo.

- Apresentar ação judicial para questionar a dívida do Estado de Minas Gerais refinanciada pela União. OAB-MG já manifestou disposição neste sentido.

- Lutar para devolver os recursos subtraídos pela Lei Kandir aos estados, tendo em vista que enquanto a união cobrava a dívida refinanciada com juros nominais estratosféricos, ela deixou de ressarcir devidamente os estados por suas perdas com essa lei federal.

- Apresentar ação judicial para questionar junto ao STF as diversas inconstitucionalidades da Lei Complementar 208/2024.

- Implementar a Auditoria Cidadã da Dívida em todos os Estados.

Resumo das propostas – Live 8:

- Temos uma dívida pública imensa na União e nos Estados, que não contribuem para o nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Em vez disso, temos um Sistema da Dívida que suga recursos e impede a realização de direitos sociais.
- Levar este debate sobre a necessidade de auditar a dívida pública para as associações de bairro, para o interior da floresta, do campo. Temos de voltar a 25 anos atrás quando a militância da esquerda como um todo atuava nesta questão.
- Popularizar este tema em uma linguagem didática para toda a população entender, para que possamos pressionar os Poderes.
- Conscientizar a população, levar essa mensagem de uma forma fácil para a população para que ela entenda porque não tem médico no posto de saúde, não tem professor na sala de aula, porque não tem vacina, porque não tem acesso aos direitos básicos garantidos na Constituição.

A partir desse resumo do diagnóstico e propostas que emergiram das 8 (oito) lives celebrativas dos 25 anos da Auditoria Cidadã da Dívida, o Conselho Político se manifestará sobre propostas de ação, sugestões e estratégias para enfrentamento dos diversos desafios colocados, a serem assumidas ACD, pela Frente Parlamentar e pelas próprias entidades apoiadoras da ACD (sindicatos, associações, movimentos sociais), Núcleos e voluntariado.

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli